

**Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)**



Atena
Editora
Ano 2021

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



EDUCAÇÃO:

SOCIEDADE CIVIL, ESTADO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais /
Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-781-9
DOI 10.22533/at.ed.819210102

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a repensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021 e com a recente aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Esse movimento sistemático de olhar para as diversas problemáticas postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto da crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade, portanto, é um desafio, aceito por muitas professoras e professores pesquisadores brasileiros, como os compõe esse livro.

Destarte, as discussões empreendidas nesta obra, “**Educação: Sociedade Civil, Estado e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Reúne-se aqui, portanto, um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem

os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

SOCIOEDUCAÇÃO E DIÁLOGOS ESTABELECIDOS PELO ECA E SINASE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Kátia Aparecida da Silva Nunes Miranda

Clóris Violeta Alves Lopes

Juliano Cláudio Alves

DOI 10.22533/at.ed.8192101021

CAPÍTULO 2..... 16

O OBSERVATÓRIO COMO FERRAMENTA PARA A PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE OS INDICADORES EDUCACIONAIS

Deuzimar Costa Serra

Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra

Francisco Romário Cunha de Araújo

Luciana de Castro Sousa

DOI 10.22533/at.ed.8192101022

CAPÍTULO 3..... 23

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E INCLUSÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA REGULAR: PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Aurea Cintra de Azevedo Marra

Lucianne Oliveira Monteiro Andrade

DOI 10.22533/at.ed.8192101023

CAPÍTULO 4..... 35

A EVOLUÇÃO DAS MÍDIAS DIGITAIS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS: CONTRIBUIÇÃO PARA O ATUAL CENÁRIO EDUCACIONAL

Juliana Maria da Silva Melo

Lucilene Angélica da Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.8192101024

CAPÍTULO 5..... 45

A CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dara Ribeiro Ramos

Luana Frigulha Guisso

DOI 10.22533/at.ed.8192101025

CAPÍTULO 6..... 58

OS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E A PRESENÇA INDÍGENA EM PRESIDENTE KENNEDY/ES

Naiara Henrique Lima Faro

Sebastião Pimentel Franco

DOI 10.22533/at.ed.8192101026

CAPÍTULO 7	71
A ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS BRASILEIRAS PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	
Ronneo Lucio Silva Rodrigues	
Alanna Cris Silva Rodrigues	
Evan Pereira Barreto	
Mônica Cristina de Orequio	
Marcella de Oréquio Fernandes Machado	
Angerica Maurício de Souza Gomes	
Josinete Braga Borges Lordes	
Ana Lidia Moreira Mendes dos Santos	
Evilásio Mussy Caetano Junior	
Adelma Benevides de Lima	
Caroline Fardin Araujo	
Adrielle Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.8192101027	
CAPÍTULO 8	81
O ENSINO DA PROTEÇÃO DOS BENS CULTURAIS	
Adelcio Machado dos Santos	
Rubens Luís Freiberger	
Daniel Tenconi	
Danielle Martins Leffer	
Alisson André Escher	
DOI 10.22533/at.ed.8192101028	
CAPÍTULO 9	91
A FORMAÇÃO DOCENTE PARA AVALIAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Gilcéia Leite dos Santos Fontenele	
DOI 10.22533/at.ed.8192101029	
CAPÍTULO 10	99
SOMOS MAIS UM TIJOLO NO MURO: UMA ANÁLISE DA MÚSICA ‘ANOTHER BRICK IN THE WALL’ DA BANDA PINK FLOYD	
Karina Franco	
Priscilla Christina Franco	
Ana Luiza Carvalho Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.81921010210	
CAPÍTULO 11	108
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	
Tereza Freitas da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.81921010211	
CAPÍTULO 12	114
A FOTOGRAFIA NA ESCOLA COMO DIDÁTICA: AMPLIANDO OLHARES SOBRE	

PAISAGENS E CENAS COTIDIANAS

Graciela Brandão da Silva

DOI 10.22533/at.ed.81921010212

CAPÍTULO 13..... 124

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO FERRAMENTA DE RELEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL PARA ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Marilene da Silva Reis Barreto

Jocitiel Dias da Silva

DOI 10.22533/at.ed.81921010213

CAPÍTULO 14..... 135

EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRÁTICA PEDAGÓGICA – A SEXUALIDADE NA ESCOLA

Poliana dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.81921010214

CAPÍTULO 15..... 148

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POSTURAL EM ALUNOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY- ES

Marceline Ferreira Rocha Passabão

José Roberto Gonçalves de Abreu

DOI 10.22533/at.ed.81921010215

CAPÍTULO 16..... 160

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Maria Denize Rocha Silva

Caroline Gomes Macêdo

DOI 10.22533/at.ed.81921010216

CAPÍTULO 17..... 168

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM CAMPO POLÍTICO EM ABERTO

Elinete Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.81921010217

CAPÍTULO 18..... 185

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS - “ EM UMA PERSPECTIVA SÓCIO HISTÓRICO CULTURAL”

Francielle Goulart Pereira

DOI 10.22533/at.ed.81921010218

CAPÍTULO 19..... 196

RELAÇÃO ENTRE AS HABILIDADES DIGITAIS DOS PROFESSORES E A INTEGRAÇÃO DAS TIC NO ENSINO DO INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

Juan José Quintana Muñoz

DOI 10.22533/at.ed.81921010219

CAPÍTULO 20.....	209
A AVALIAÇÃO FORMATIVA COMO COROLÁRIO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE EDUCAR	
José Carlos Silva	
Andrea Wild	
Cibele Mara Dugaich	
Elisete Gomes Natário	
DOI 10.22533/at.ed.81921010220	
CAPÍTULO 21.....	222
A ATUAÇÃO DO PROFESSOR ESPECIALISTA COMO TUTOR DE PEQUENOS GRUPOS INTERFERE NO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES?	
Maria Flávia Pereira da Silva	
Maria Elizabeth da Silva Hernandes Corrêa	
Claudia Maria Waib Castello Branco	
Denize Maria Galice Rodrigues	
Marcelo Rodrigues	
Walter Roberto Schiller	
Marcelo Dib Bechara	
DOI 10.22533/at.ed.81921010221	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

CAPÍTULO 7

A ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS BRASILEIRAS PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Data de aceite: 01/02/2021

Ronneo Lucio Silva Rodrigues

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/3580463459177365>

Alanna Cris Silva Rodrigues

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/3289315180623885>

Evan Pereira Barreto

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/3869815991258738>

Mônica Cristina de Orequio

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/8234685529333863>

Marcella de Oréquio Fernandes Machado

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/6739835724723501>

Angerica Maurício de Souza Gomes

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/9910449766665183>

Josinete Braga Borges Lorges

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/6139103176837913>

Ana Lidia Moreira Mendes dos Santos

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/16271159853001230>

Evilásio Mussu Caetano Junior

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/3758329088739604>

Adelma Benevides de Lima

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/6756850174204926>

Caroline Fardin Araujo

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/8901987103546405>

Adrielle Fernandes

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/0554081984092973>

RESUMO: Esta revisão tem por objetivo reunir a literatura existente para apontar as políticas de acessibilidade das escolas brasileiras para alunos com síndrome de down, através de uma revisão que reúne as condições da educação especial brasileira e das questões referentes às políticas públicas de inclusão dessa minoria. A síndrome de Down (SD) é uma doença genética. O diagnóstico clínico da criança pode ser feito pelas suas características físicas (fenótipo) nas primeiras horas após o nascimento, seguido da análise citogenética do cariótipo metafásico a ser confirmado. Falar em educação especial no Brasil significa necessariamente considerar os dois componentes de nossa história: a desigualdade e a diversidade. O país foi estabelecido com base na diversidade de população e história, mas

de formas extremamente desiguais. Para integrar as escolas à sociedade, as instituições educacionais precisam eliminar obstáculos em sua estrutura física e oferecer outras ideias que considerem a diversidade, atendam às necessidades dos alunos e alunos com deficiência e adotem métodos adequados às diferenças desses alunos. Conclui-se, portanto, que a educação especial no Brasil passa por situações peculiares desde os primeiros tempos do investimento público na educação, e que desde a promulgação de tratados internacionais e do reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência, que o ambiente escolar vem se preparando para os desafios de receber os alunos com síndrome de down.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial. Síndrome de down. Políticas Públicas. Educação inclusiva.

THE ACCESSIBILITY OF BRAZILIAN SCHOOLS FOR STUDENTS WITH DOWN SYNDROME

ABSTRACT: This review aims to bring together the existing literature to point out the accessibility policies of Brazilian schools for students with down syndrome, through a review that brings together the conditions of Brazilian special education and issues related to public policies for the inclusion of this minority. Down syndrome (DS) is a genetic disease. The child's clinical diagnosis can be made by its physical characteristics (phenotype) in the first hours after birth, followed by the cytogenetic analysis of the metaphasic karyotype to be confirmed. Talking about special education in Brazil necessarily means considering the two components of our history: inequality and diversity. The country was established based on the diversity of population and history, but in extremely unequal ways. In order to integrate schools into society, educational institutions need to eliminate obstacles in their physical structure and offer other ideas that take into account diversity, meet the needs of students and students with disabilities and adopt methods appropriate to the differences of these students. It is concluded, therefore, that special education in Brazil goes through peculiar situations since the first days of public investment in education, and that since the promulgation of international treaties and the recognition of the rights of people with disabilities, that the school environment has been preparing for the challenges of receiving students with down syndrome.

KEYWORDS: Special education. Down's syndrome. Public policy. Inclusive education.

1 | INTRODUÇÃO

A síndrome de Down (SD) é uma doença genética. O diagnóstico clínico da criança pode ser feito pelas suas características físicas (fenótipo) nas primeiras horas após o nascimento, seguido da análise citogenética do cariótipo metafásico a ser confirmado. Pacientes com SD costumam ter vários problemas de saúde, como doenças cardíacas, infecções respiratórias, leucemia e doenças da tireoide (LUIZ et al, 2012).

Embora a síndrome de Down seja uma doença cromossômica, é altamente variável. A deficiência intelectual é uma das características mais comuns, variando de deficiência leve a severa. No primeiro ano após o nascimento, além da participação na vida familiar e social, o estímulo ao desenvolvimento neuropsiquiátrico, a educação escolar adequada

à idade e as oportunidades de trabalho adulto também comprovam que os pacientes com síndrome de Down têm grande potencial de desenvolvimento (CASARIN; CASTANHO, 2016).

Embora a incidência de agravos à saúde seja elevada, com o desenvolvimento de novos métodos, principalmente o surgimento de métodos relacionados à prevenção e diagnóstico precoce, a expectativa de vida dessa população aumentou de 12 anos em 1940 para 60 anos no início deste século. O tratamento e a terapia, principalmente a estimulação precoce, têm contribuído para o melhor desenvolvimento e desempenho social dos pacientes com SD, possibilitando-lhes vivenciar novas situações, como a inserção no ensino regular (LUIZ et al, 2012).

No Brasil, a educação inclusiva, que visa incluir crianças com necessidades educacionais especiais na educação formal, tem como base a Constituição Federal de 1988, que garante direitos iguais para todas as pessoas (artigo 5º). No artigo 205, trata do direito de todos à educação e visa o desenvolvimento integral das pessoas, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No inciso I do artigo 206, a isonomia das condições de ensino e aprendizagem e de permanência é um dos princípios. De acordo com a Constituição, a Assembleia Nacional aprovou o Decreto Legislativo nº 198 em 13 de junho de 2001 e aprovou uma nova lei de acordo com as disposições da Convenção da Guatemala, que trata da eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência, e deixa claro que é impossível tratar pessoas com deficiência de forma desigual (LUIZ et al., 2008).

O paradigma da exclusão é antigo na história humana. Ainda no início do século XX, o surgimento de escolas especiais e centros de adaptação e reabilitação legalizou a exclusão, tornando as pessoas consideradas como tendo uma interação diferente com a sociedade. Só no final da década de 1960 surgiu o esporte, trazendo os deficientes para o campo da educação, do esporte e do lazer, tentando romper com as noções de parcelamento das pessoas (OLIVEIRA-MENEGOTTO; MARTINI; LIPP, 2010).

Embora historicamente as escolas especiais sempre tenham sido locais isolados, o surgimento das escolas especiais é muito importante porque, antes disso, não havia lugar para crianças com necessidades educacionais especiais em nenhum espaço escolar. Nesse sentido, com o advento das escolas especiais, as crianças com necessidades educacionais especiais passam a usufruir do devido status na escola, mesmo que isoladas das demais crianças. Isso possibilita que muitas crianças saiam de casa e, portanto, tenham mais oportunidades de interação social (OLIVEIRA-MENEGOTTO; MARTINI; LIPP, 2010).

No Brasil, o último censo de pessoas com deficiência realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontou que cerca de 300.000 pessoas em território brasileiro foram diagnosticadas com síndrome de Down, e estima-se que nasça 1 pessoa a cada 600/800 nascidos (MINETTO et al., 2018).

Para Minetto e colaboradores (2018), a escolha de uma escola é um momento

importante na vida familiar. Os pais precisam tomar decisões que muitas vezes trazem angústia e dúvidas. A escolha entre uma escola especial e uma escola normal terá um impacto nas atividades diárias da família e no futuro da criança. Neste artigo, uma escola especial deve ser entendida como uma escola que atende apenas crianças com deficiência. Seus programas de ensino oferecem auxílio especial nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, etc. As escolas regulares são para crianças com deficiência e são compatíveis com todas as outras. Os alunos (sem deficiência) estudam na mesma turma, o que leva à integração escolar. É preciso destacar que em alguns países a expressão utilizada é escola comum, que se refere a uma escola compartilhada por todas as crianças.

Após breve análise envolvendo a temática, elenca-se como objetivo desta revisão apontar como as escolas brasileiras estão munidas de estratégias e estrutura para receber o alunado portador da síndrome de down e como a educação especial brasileira funciona nas milhares de escolas do país.

2 | O DIREITO A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Falar em educação especial no Brasil significa necessariamente considerar os dois componentes de nossa história: a desigualdade e a diversidade. O país foi estabelecido com base na diversidade de população e história, mas de formas extremamente desiguais. A estrutura econômica do Brasil e as características de sua organização social fazem com que o país passe a enfrentar diversos problemas que afetam diretamente a vida das crianças e jovens brasileiros, muitos dos quais ainda existem: crianças abandonadas nas ruas das grandes cidades e fora das escolas. Desde o século XVII a cobertura é limitada, portanto, um grande número de analfabetos. Após o fim da escravidão, muitas famílias não foram inseridas diretamente no setor produtivo, mas sobreviveram nas grandes cidades, sem conseguir obter o mínimo de condições de vida satisfatórias (KASSAR, 2012).

Em 1981, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu que o governo tem a responsabilidade de garantir a igualdade de direitos das pessoas com deficiência dentro do quadro democrático de ajustamento social, estrutural e político para resolver os problemas no campo dos direitos humanos. Este reconhecimento expresso no Ano Internacional das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas representa uma mudança no tratamento das questões da deficiência pelas organizações internacionais. Por um lado, por meio de movimentos sociais e ações políticas de organizações de pessoas com deficiência que lutam contra as formas de repressão e, por outro, por meio da realização de pesquisas sobre a deficiência no meio acadêmico, essa transformação política tem sido promovida (SANTOS, 2008).

Nos termos dos direitos garantidos por lei, é positivo incluir as pessoas com deficiência na educação e no mercado de trabalho. Por meio da ameaça de sanções,

restrições à liberdade e multas, a norma tenta garantir seu cumprimento obrigatório e não está mais sujeita à simples penhora do destinatário. A Constituição Federal de 1988 garante o direito ao trabalho e à educação das pessoas com deficiência. A fim de cumprir as disposições constitucionais relativas à integração das pessoas com deficiência a Lei nº 7.853 está em vigor desde 1989 (BRAGA; SCHUMACHER, 2013).

A Constituição de 1988 dispõe que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Para provar que a afirmação anterior é correta, as pessoas e principalmente os destinatários da lei são suficientes para compreender o fundamento do princípio constitucional da igualdade. Isso pode evitar mal-entendidos como os profissionais da educação que acreditam que, com a arte, a legislação não pode garantir a inclusão (BRAGA; SCHUMACHER, 2013).

Já a Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, apregoa que:

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino (BRASIL, 1989).

No mundo ocidental, especialmente a partir da década de 1980, a tolerância social tornou-se o mote para a promoção de movimentos sociais e ações políticas importantes. Na Europa e nos Estados Unidos da América, já na década de 1970, a integração social das pessoas com deficiência era um dos direitos sociais básicos expressos em importantes leis e regulamentos. Aos poucos, as sociedades democráticas vêm se difundindo, discutindo e defendendo a inclusão como direito de todas as pessoas nos diferentes espaços sociais (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011).

Pesquisadores da área de desenvolvimento infantil realizam cada vez mais pesquisas com foco na perspectiva interativa, direcionando seus interesses para os riscos e fatores de proteção que afetam o desenvolvimento humano de forma negativa ou positiva. Esses fatores são biológicos e sociais por natureza e podem ser usados sozinhos ou em combinação (PORTES et al., 2013).

O modelo social da deficiência deriva do conceito opressor do capitalismo para os deficientes. O argumento original do modelo social é que o corpo lesado não é adequado ao sistema de exploração do trabalho e ao padrão de comportamento fabril exigido pelo capitalismo; para Foucault, o padrão emergente é a expectativa de sujeitos ideais necessários. O modo de produção capitalista exige que uma classe de sujeitos tenha um sujeito capaz de realizar novas atividades e novas práticas de fabricação, neste assunto a força física passa a ser a base (FOUCAULT, 1986). Esta é a matéria de produção ideal necessária para o capitalismo, e não inclui os deficientes. Portanto, os teóricos do modelo social acreditam que, quando o contato físico não conduz ao ambiente social de limitação de habilidades, a deficiência é a opressão sofrida pelos feridos (SANTOS, 2008).

3 | POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Nas últimas décadas, o movimento de integração ao ambiente escolar não para de crescer, não só no Brasil, mas também no mundo. Como todos sabemos, a mudança é necessária porque é preciso implementar políticas públicas de educação inclusivas, o que

significa reformas nos planos de gestão e de ensino escolar (KOCK; SILVA, 2016).

Para integrar as escolas à sociedade, as instituições educacionais precisam eliminar obstáculos em sua estrutura física e oferecer outras ideias que considerem a diversidade, atendam às necessidades dos alunos e alunos com deficiência e adotem métodos adequados às diferenças desses alunos. A educação inclusiva começou com mudanças no sistema educacional existente, reconsiderando seu currículo para atender às necessidades de todas as crianças e reformando completamente a escola. Inclusão não significa transferência de alunos de escolas especiais para escolas regulares. Essa inclusão representa mudanças na mentalidade e nos valores da escola e da sociedade (SOUZA et al., 2015).

A história da educação especial sempre foi acompanhada pelo conceito de diferença até o surgimento do conceito recente de educação inclusiva. Indivíduos considerados diferentes dos padrões normais estabelecidos são excluídos da sociedade. Ao longo dos séculos, esse conceito mudou, as políticas e ações públicas reconhecem os direitos dessas pessoas, e esses direitos sempre precedem suas diferenças. Atualmente, no Brasil, estamos passando por um processo denominado “inclusão”, em que os portadores de deficiência têm conquistado a garantia de direitos iguais à educação por meio da legislação (PALMA; CARNEIRO, 2018).

Ainda para Palma e Carneiro (2018), a finalidade da escola integrada é ter a capacidade de desenvolver processos e estratégias de ensino e aprendizagem que proporcionem aos alunos com deficiência condições de desenvolvimento acadêmico no âmbito de suas possibilidades, para que tenham condições de obter oportunidades de mercado em igualdade de condições. Para atingir esse objetivo, o sistema de ensino precisa promover configurações curriculares, estratégias de ensino desenvolvidas em conjunto com professores especializados em educação especial e realizar mudanças físicas e organizacionais de acordo com as necessidades dos alunos com deficiência. Por fim, as escolas precisam considerar sua inclusão no “plano político pedagógico” e formular as medidas necessárias para promover a igualdade de condições, e não apenas garantir a matrícula, pois esse comportamento não é suficiente para realizar uma educação inclusiva.

A política de educação pública inclusiva do país surgiu após a promulgação da Diretiva Nacional de Educação e da Lei Básica (LDBEN 9.394/96), em 1996, estabelecendo um marco para a educação do país. A lei prevê a educação especial. O artigo 58 do capítulo 5 da lei menciona que a educação especial é uma forma de educação escolar, preferencialmente na rede formal de ensino para alunos com necessidades especiais. Este foi o primeiro passo para o governo federal publicar uma série de outros documentos para regulamentar a educação inclusiva no Brasil (KOCK; SILVA, 2016).

Posteriormente, a Assembleia Nacional aprovou uma nova lei em conformidade com as disposições da Convenção da Guatemala, que eliminará todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência, o que mostra que é impossível tratar as

peças com deficiência de forma igual. Desde então, o Brasil promulgou outras normas, como a Resolução CNE/CEB nº 2/01, que editou as “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”. O foco está no Decreto nº 7.611/11. Oferecer educação especial e assistência à educação especial (BRASIL, 2011).

O discurso sobre a integração das pessoas com necessidades especiais no ensino regular mostra avanços, a prática de exclusão dessas pessoas ainda é muito presente. Inclusão não significa apenas colocar seu filho em uma escola regular, significa mudar a mentalidade da escola na percepção desse aluno e na preparação sistemática do professor. Essa mudança só vai acontecer quando percebermos a importância de mudarmos nosso comportamento na área da saúde e da educação, e sobre esse assunto, os não profissionais e profissionais envolvidos ficam chocados com o grau de equívoco e preconceito (JUNIOR; LIMA, 2011).

Diante de todos esses problemas, percebemos que o cuidado profissional aos portadores de síndrome de Down é muito importante, pois somente por meio de uma educação significativa essas crianças podem superar as dificuldades que surgem. Eles estão aptos a realizar as atividades propostas, mas precisam de alguns cuidados especiais, como: atenção na área da saúde, cuidados com a família. O compromisso e o amor da família é o primeiro passo para integrar as pessoas com necessidades especiais à sociedade. Sem o apoio dos familiares não há autoestima e, sem autoestima, os obstáculos parecem insuperáveis (JUNIOR; LIMA, 2011).

O comportamento e a capacidade de aprendizagem de todos dependem da experiência, da educação recebida na escola, e tudo isso está relacionado às características dos grupos sociais e ao tempo de integração na sociedade. A escola fornece conteúdos e desenvolve formas de pensar, que desempenham um papel insubstituível na apropriação da experiência (TUBINO; MIRANDA, 2013).

É errado dizer que esse processo de compensação sempre termina com sucesso, sempre na forma de superação da deficiência. Como qualquer processo de superação e luta, pode levar à vitória ou derrota. Os bons resultados dependem de muitas coisas, por isso o professor deve estar atento às peculiaridades do processo de orientar a criança com deficiência no caminho certo para transformar a criança de defeito em indenização. Podemos perceber que a escola é muito importante e seu papel é promover o desenvolvimento dos alunos por meio da mediação. A sala de aula tem uma função social, nesta perspectiva, o papel do professor é orientar e orientar o processo de apropriação da cultura, sendo a cultura também tida como intermediária das atividades (TUBINO; MIRANDA, 2013).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que a educação especial no Brasil passa por situações peculiares desde os primeiros tempos do investimento público na educação, e que desde

a promulgação de tratados internacionais e do reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência, que o ambiente escolar vem se preparando para os desafios de receber os alunos com síndrome de down.

Não somente a escola, mas a sociedade tem recebido a difícil demanda de encontrar um caminho eficaz para lidar com as diferenças e implementar políticas públicas que justifiquem a necessidade real. Não é possível alcançar conquistas sem o empenho social e o investimento em instrução e no desenvolvimento da consciência social. Não se trata de uma oportunidade concedida às pessoas com deficiência, mas uma dívida social pelo histórico das políticas educacionais já aplicadas.

O tratamento igualitário é mais do que necessário para garantir a inclusão do aluno com síndrome de down na sociedade, e a escola pode ser a primeira experiência do aluno no que se refere ao tratamento igualitário, já que grande parte das famílias não gozam do conhecimento necessário para trabalhar a inclusão, e ao mesmo tempo precisam ser incluídas nos programas de instrução e preparação.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Mariana Moron Saes; SCHUMACHER, Aluisio Almeida. Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth. **Sociedade e Estado**, 2013; v. 28, n. 2, 375-392.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. 1989. **LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989**: Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm. Acesso em: 21 de dez. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.611/11**. Secretaria de Educação. MEC, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 20 dez. 2020.

CASARIN, Sonia; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira. Síndrome de Down e Arte: contribuições de Vygotsky. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, 2016; v. 36, n. 90, 31-47.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 296p.

JUNIOR, Jairto Vitto; LIMA, Ana Lúcia dos Santos de. A inclusão da criança com síndrome de down no ensino regular. **Revista Iniciação Científica**, 2011; v. 9, n. 1, 76-87.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Educação especial no brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação & Sociedade**, 2012; v.33, n. 120, 833-849.

KOCK, Maureen; SILVA, Denise Regina Quaresma da. Políticas educacionais inclusivas e a síndrome de Down: Diferentes interações no contexto educacional inclusivo. **Diálogo, Canoas**, 2016; v. 2, n. 31, 89-103.

LUIZ, Flávia Mendonça Rosa e; et al. A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2008; v. 14, n. 3, 497-508.

LUIZ, Flávia Mendonça Rosa e; et al. Inclusão de crianças com Síndrome de Down. **Psicologia em Estudo**, 2012; v. 17, n. 4, 649-658.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. *Saúde Soc*, 2011; v.20, n. 2, 377-389.

MINETTO, Maria de Fátima; et al. A Escolha da Escola para Filhos com síndrome de Down. **Da Investigação às Práticas**, 2018; v. 8, n. 1, 75-97.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de; MARTINI, Fernanda de Oliveira; LIPP, Laura Kolberg. Inclusão de alunos com síndrome de Down: discursos dos professores. **Fractal: Revista de Psicologia**, 2010; v.22, n. 1, 155-168.

PALMA, Debora Teresa; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. O Olhar Social da Deficiência Intelectual em Escolas do Campo a Partir dos Conceitos de Identidade e de Diferença. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2018; v. 24, n. 2, 161-172.

PORTES, João Rodrigo Maciel; et al. A criança com síndrome de Down: na perspectiva da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, com destaque aos fatores de risco e de proteção. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, 2013; v.33, n.85, 446-464.

SANTOS, Wederson Rufino dos. Pessoas com Deficiência: nossa maior minoria. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, 2008; v.18, n. 3, 501-519.

SOUZA, Cláudia Vanessa Oliveira; et al. O processo de inclusão do portador da Síndrome de Down na rede regular de ensino. **Revista Bionorte**, 2015; v. 4, n. 1, 76-84.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 2, 104, 135, 137, 138, 139, 140, 150

Aluno com TEA 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33

Aprendizagem 15, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 73, 77, 78, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 111, 112, 114, 115, 117, 121, 122, 124, 126, 130, 133, 143, 146, 153, 161, 162, 164, 166, 172, 173, 174, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 194, 195, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229, 230, 231

Artes 114, 115, 116, 117, 120, 121

Atividades lúdicas 33, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 124

Atuação 6, 30, 31, 32, 35, 53, 54, 55, 79, 96, 138, 160, 161, 164, 166, 222, 228, 229, 230

Avaliação da aprendizagem 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 214, 220, 221

B

Brincadeiras 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 64

C

Competências digitais 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 206

Crítica social 99

Cultura musical 99

D

Desempenho cognitivo 222, 223

Desvio postural 148

Diálogo 1, 4, 5, 13, 26, 67, 80, 95, 97, 122, 131, 135, 137, 138, 139, 144, 145, 172, 173, 179, 191

Didática fotográfica 114

Direitos humanos 5, 14, 74, 209

E

Educação 1, 3, 4, 5, 7, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 88, 89, 90, 91, 96, 97, 99, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 120, 121, 123, 125, 126, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 209, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 220, 224, 229, 230, 231, 232

Educação básica regular 23, 25

Educação de jovens e adultos 7, 126, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 179, 182, 183

Educação especial 7, 29, 30, 33, 34, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 109, 111, 113, 159

Educação inclusiva 27, 34, 72, 73, 77, 108, 113

Educação infantil 29, 33, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 126, 151, 176, 194

Educação patrimonial 81, 89, 90

Educação popular 89, 168, 169, 173, 174, 183

Educação postural 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 159

Educação sexual 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146

EFL 196, 203

Ensino 7, 15, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 92, 94, 95, 96, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 133, 135, 137, 138, 141, 143, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 182, 185, 187, 188, 189, 191, 193, 194, 196, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 231, 232

Escola 11, 12, 14, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 54, 55, 63, 69, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 90, 91, 92, 95, 96, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 117, 120, 121, 124, 125, 126, 128, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 174, 178, 179, 180, 183, 184, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 213, 215, 216, 217, 218

Evolução 29, 35, 36, 39, 41, 42, 43, 66, 68, 85

Extensão 16, 17, 18, 20, 21, 51, 157, 174

F

Família 4, 6, 26, 42, 54, 74, 75, 78, 87, 129, 130, 135, 136, 137, 138, 144, 146, 212

Formação de professores 23, 29, 91, 94, 95, 96, 97, 194, 232

Fotografia 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

G

Gestão democrática 160, 161, 163, 164, 166, 167

H

História 20, 43, 48, 49, 50, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 77, 81, 85, 87, 102, 104, 114, 116, 122, 127, 131, 137, 146, 169, 182, 186, 189

Histórias em quadrinhos 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

I

Identidade cultural 58, 59, 60, 137, 142

Inclusão 5, 8, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 108, 109, 110, 113, 143, 144, 151, 163, 172, 175, 176

Intervenção 31, 43, 137, 148, 150, 155, 156, 169, 182, 213, 225

J

Jogos 8, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Jovens em restrição e privação de liberdade 1, 5

L

Letramento 124, 126, 127, 132, 133, 134, 232

Livro didático 58, 59, 60, 66

M

Mediação 42, 46, 49, 51, 52, 78, 97, 101, 102, 107, 185, 186, 189, 220

Mídias digitais 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 130

O

Observatório 16, 17, 18, 19, 20, 21

P

Pandemia 1, 2, 3, 5, 6, 7, 13, 14, 18, 21, 35, 36, 40, 42, 43, 44, 151

Pesquisa 1, 3, 8, 9, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 27, 34, 35, 36, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 69, 70, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 107, 109, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 145, 148, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 159, 191, 194, 224, 232

Pink Floyd 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107

Políticas públicas 2, 3, 5, 13, 16, 18, 20, 21, 26, 28, 39, 61, 71, 72, 76, 79, 143, 167, 168, 180

Povos indígenas 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Práticas pedagógicas 23, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 42, 113, 124, 133, 135, 136, 145, 146, 185, 186, 216

Processos de leitura 124

Professor especialista 222, 223, 225, 226, 227, 229

S

Sensibilização 122, 148

Sexualidade 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Síndrome de down 71, 72, 74, 76, 79, 80

Sociedade 1, 2, 4, 6, 10, 11, 12, 13, 20, 28, 29, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 46, 55, 59, 61, 62, 69, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 114, 118, 122, 123, 125, 129, 130, 132, 136, 137, 142, 143, 149, 163, 164, 166, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 191, 192, 193, 212

Socioeducação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 14

T

Tecnologia 16, 17, 19, 23, 25, 38, 39, 43, 68, 99, 111

TEFL 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

TIC 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Trabalho pedagógico 20, 91, 92, 96

Transtorno do espectro autista (TEA) 23, 24, 25, 33

Z

Zona de desenvolvimento proximal (ZDP) 185, 192



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021